

CONDICIONANTES SOCIAIS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

José Otacílio da Silva*
Rosana Kátia Nazzari**

Resumo: Em pesquisa realizada anteriormente pelos autores, constatou-se que o nível capital social – confiança nas instituições e predisposição para a participação e para a cooperação na vida comunitária – dos eleitores influencia o comportamento eleitoral, mas que, todavia, o conceito não possui a mesma fertilidade para a compreensão da formação das predisposições dos eleitores. Assim, partindo do pressuposto de que as predisposições eleitorais se formam nas experiências de vida dos indivíduos, o propósito do presente artigo é averiguar as eventuais relações existentes entre certos condicionamentos sociais e determinados aspectos do comportamento eleitoral nas eleições nas eleições de 2004, no município de Cascavel-PR. Por meio de informações obtidas entre eleitores das diversas regiões da cidade, pôde-se chegar à conclusão de que existem nítidas relações entre as trajetórias sociais dos eleitores e o seu comportamento eleitoral. Em termos conclusivos, a pesquisa sugere, ainda, que numa pesquisa mais abrangente, necessário se faz observar não só a confluência das trajetórias sociais dos eleitores, mas também o impacto de fatores circunstanciais no comportamento eleitoral.

Palavras Chaves: Comportamento eleitoral; condicionamentos sociais; eleições 2004.

Summary: In research accomplished previously by the authors, it was verified that the social capital level - trust in the institutions and predisposition for the participation and for the cooperation in the community life - of the voters it influences the electoral behavior, but that, though, the concept doesn't possess the same fertility for the understanding of the formation of the voters' predispositions. Like this, leaving of the presupposition that the electoral predispositions are formed in the experiences of the individuals' life, the purpose of the present article is to discover the eventual existent relationships between certain social conditionings and certain aspects of the electoral behavior in the elections in the

elections of 2004, in the municipal district of Cascavel-PR. Through information obtained among voters of the several areas of the city, it could be reached the conclusion that clear relationships exist between the voters' social paths and his electoral behavior. In conclusive terms, the research suggests, still, that in a research including, necessary she make to observe not only the confluence of the voters' social paths, but also the impact of incidental factors in the electoral behavior.

Key-Words: Electoral behavior; social conditionings; elections 2004.

1. INTRODUÇÃO

A estabilidade dos sistemas políticos, como se sabe, depende não só das estruturas políticas, mas também da legitimidade que os cidadãos conferem às instituições políticas – partidos, parlamento, eleições, voto, políticos, etc. – e do nível de interesse e de participação dos cidadãos nos mecanismos de participação política. Em virtude da importância da estabilidade dos sistemas políticos para a vida social, nas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido realizadas no intuito de compreender o funcionamento dos sistemas políticos e, particularmente, o comportamento político dos cidadãos.

Rousseau (1712-1778) foi um dos primeiros estudiosos a questionar a efetividade do sistema político democrático, ou melhor, da democracia representativa e a apontar as possíveis razões que levam os cidadãos ao desinteresse ou à apatia política. A seu ver, a representação política foi instituída pelos cidadãos quando eles deixaram de se interessar pelos serviços públicos e passaram a interessar-se mais pelos assuntos particulares. Nesse momento, ao invés de irem aos combates para defender a pátria, os cidadãos preferiam pagar tropas para realizar tal tarefa; quando deveriam ir às assembléias ou aos conselhos para expressar a vontade geral, preferiam nomear deputados e permanecerem em casa. Assim, como diz Rousseau (1999, p. 100) com um misto de indignação e de ironia, “por preguiça e dinheiro, (os cidadãos) têm, finalmente, soldados para servir à pátria e representantes para vendê-la”. Na avaliação de Rousseau (1981), a democracia representativa – enquanto mecanismo de participação política dos cidadãos nos processos decisórios – teria grandes dificuldades para se instituir, pois, entre outras razões, nas decisões dos supostos representantes do povo, o interesse particular seria sempre colocado acima do interesse do povo.

Em estudos mais recentes, nota-se a preocupação dos estudiosos em apontar as razões dos cidadãos na orientação de seu comportamento político ou eleitoral. Bolívar Lamounier (1978), em seu estudo sobre as eleições de 1974 em São Paulo, sem se preocupar com a apatia política, pretendeu demonstrar a influência das situações sócio-econômicas na estruturação ideológico do comportamento dos eleitores. No entendimento de Lamounier, foi na confluência das situações socioeconômicas e dos níveis educacionais dos eleitores que se definiu, em níveis diferenciados,

a identificação ideológica de certas camadas do eleitorado com o partido oposicionista. Vilmar Faria (1978), analisando os resultados das eleições de 1974 em diversas regiões do Estado de São Paulo, considerou que as diferenças regionais em termos de atividades econômicas, de riqueza, de capacidade produtiva, de tradição em participação política, bem como as diferenças de alinhamento político e as políticas regionais, poderiam ter exercido fortes influências nos resultados gerais das eleições. A seu ver, o partido oposicionista (MDB) saiu vitorioso naquele pleito eleitoral, porque, no conjunto, as diferenças regionais lhe foram favoráveis. Boito Junior (1978), ao tratar das mesmas eleições ocorridas em São Paulo em 1974, pretendeu avaliar as representações e as atitudes político-eleitorais dos trabalhadores agrícolas do interior do Estado. Partindo do pressuposto de que as experiências de vida dos indivíduos influem em suas atitudes eleitorais, o autor conclui que aqueles trabalhadores vêem as eleições com uma certa descrença e consideram que o governo real que se encontra em jogo nas eleições é alheio aos seus interesses e nem mesmo o apelo a um governo ideal os instigaria à participação eleitoral.

Marcello Baquero (1997), em seu estudo sobre as eleições municipais de 1996 em Porto Alegre-RS, procurou avaliar o impacto da globalização naquele pleito eleitoral com o intuito de “identificar padrões de comportamento político-eleitoral” e avaliar a implicação desses padrões nos processos eleitorais futuros. Partindo do pressuposto de que a reeleição do Partido dos Trabalhadores não ocorreu em virtude de um realinhamento ideológico ou partidário, mas em virtude de avaliação estratégica e racional dos eleitores sobre a administração municipal, o autor conclui que a vitória do partido foi uma decorrência da adesão contextual de um novo grupo de eleitores com comportamento eleitoral baseado “em formas estratégicas de pensar a política”, isto é, de eleitores que avaliaram a eficiência administrativa dos governantes a partir de critérios pragmáticos e estratégicos.

Henrique de Castro (1997), em seu estudo sobre *Voto obrigatório e exclusão social*, se propôs a investigar o comprometimento dos eleitores de Canoas-RS, nas eleições de 1996. Nesse estudo, Castro procura estabelecer relações entre determinadas variáveis sócio-econômicas e a importância que os eleitores concedem ao voto. No decorrer das análises Castro constatou que, embora a grande maioria dos eleitores do município de Canoas considere o voto importante, apenas uma parcela significativamente menor desse contingente estaria disposta a votar, caso o voto não fosse obrigatório. No geral, as mulheres estariam mais dispostas que os homens a não votar se o voto fosse facultativo. Os eleitores de baixa escolaridade, são os que menos se dispõem – em relação aos eleitores de alta escolaridade – a ir às urnas caso o voto não fosse obrigatório. Em relação à faixa etária, são os eleitores acima de sessenta anos os que mais se dispõem a exercer o direito de voto, ainda que o voto não fosse obrigatório.

De um modo geral, as pesquisas acadêmicas que trataram do comportamento eleitoral nas últimas décadas, ofereceram expressivas sugestões para a compreensão do comportamento do eleitor que efetivamente escolhe seu representante. Entretanto, essas pesquisas não trataram, com a devida importância, do comportamento daqueles eleitores que não têm motivação para

participar dos processos eleitorais, quer dizer, dos eleitores que anula o seu voto, que votam em “branco” ou que simplesmente se abstém de participar do processo eleitoral escolhendo seus representantes. Essa lacuna existente nos estudos sobre comportamento eleitoral motivou a pesquisa que recentemente realizamos sobre as eleições de 2004 no município de Cascavel-PR (SILVA e NAZZARI, 2006). A pesquisa teve o propósito de analisar a questão da abstenção eleitoral sob outro enfoque: averiguar as eventuais relações existentes entre o nível de capital social e a participação, efetiva ou não, do eleitor no processo eleitoral.

Partindo do pressuposto de que o nível de *capital social* – confiança dos leitores nas instituições políticas, predisposição para a cooperação na comunidade e para a efetiva participação na vida comunitária – tem suas relações com o comportamento eleitoral, pôde-se constatar que, de fato, a predisposição do eleitor para se abster da participação eleitoral ou para votar em branco ou nulo, tem alguma relação com o montante de seu capital social. Nesse sentido, pôde-se notar, por exemplo, que é entre os eleitores que possuem maiores níveis de confiança no Poder Legislativo; entre os eleitores que mais confiam nos partidos políticos; entre os eleitores que mais se encontram dispostos a cooperar com a comunidade e entre os eleitores que mais participam das associações comunitárias, que se encontram os maiores índices de predisposição para participar do processo eleitoral, para não “negociar o voto” em troca de benefícios pessoais; para participar do processo eleitoral, ainda que o voto fosse facultativo; para não se abster da votação ou para não votar em branco ou nulo. Inversamente, observou-se que é entre os eleitores que possuem os menores níveis de confiança no Legislativo; que menos confiam nos partidos políticos; que menos se encontram dispostos a cooperar com a comunidade e que menos participam das associações comunitárias, que se encontram os maiores índices de predisposição para “negociar o voto” em troca de benefícios pessoais; para não participar do processo eleitoral, ainda que o voto fosse facultativo; para se abster da votação ou para votar em branco ou nulo.

Entretanto, a demonstração de que o capital social se encontra relacionado com o comportamento do eleitor, não pareceu suficiente para a elucidação da participação dos eleitores nos processos eleitorais. Ainda que os eleitores que mais confiam nas instituições políticas, que mais cooperam e participam da vida comunitária, sejam os que mais se encontram dispostos a não negociar o voto, a votar mesmo com voto facultativo e a escolher efetivamente seus representantes, haveria que se perguntar: por que esses eleitores possuem mais confiança nas instituições políticas e estão mais dispostos à cooperação e à participação na vida comunitárias? Ou seja, haveria que se perguntar: quais fatores e processos são responsáveis pela geração de confiança e de predisposição para a participação e para a cooperação e, por conseguinte, para uma efetiva participação no processo eleitoral?

Daí, a proposta de analisar, no presente artigo, os condicionamentos sociais do comportamento dos eleitores nas eleições municipais de 2004 no município de Cascavel-PR. Trata-se de um enfoque analítico que terá por base a teoria social de Pierre Bourdieu. Como sugerimos em um artigo publicado recentemente (SILVA e NAZZARI, 2005), a teoria sociológica

de Pierre Bourdieu pode trazer contribuições significativas para a compreensão do comportamento eleitoral.

2. AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE PIERRE BOURDIEU

O conceito de *espaço social*, *campo* e *habitus* elaborados por Pierre Bourdieu, constituem conceitos centrais de sua teoria sociológica. Com esses conceitos é possível operacionalizar, com uma certa fecundidade, os estudos não só sobre a ação social em geral mas, particularmente, sobre o comportamento eleitoral.

Na teoria social de Pierre Bourdieu o espaço social é considerado como um espaço multidimensional constituído de campos relativamente autônomos, isto é, como um conjunto de campos que funcionam e que se conservam ou se transformam, com uma certa autonomia em relação ao campo da produção econômica. No interior de cada um desses subespaços do espaço social, “os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas, sem que por isso se constituam, necessariamente, em grupos antagonistas” (Bourdieu, 1989, p. 153). Entre os diversos campos que constituem o espaço social, Bourdieu distingue, por exemplo, o campo jurídico, o campo artístico, o campo da alta costura, o campo educacional, o campo religioso, o campo político, etc. No interior de cada um desses campos, há agentes específicos que se encontram envolvidos em lutas simbólicas pelo poder simbólico. É nessas lutas que os agentes, de cada campo específico, procuram produzir visões de mundo, ou seja, bens simbólicos distintos, com o propósito de oferecê-los ao mercado de bens simbólicos, ou seja, aos leigos que não participam da produção desses bens, com a pretensão de conquistar o maior número possível de adeptos. No entender de Bourdieu, a produção desses bens simbólicos depende do *habitus* adquirido pelos produtores de bens simbólicos em suas respectivas trajetórias sociais, mas também das posições que eles ocupam na estrutura de seu campo de atuação. Mais do que isto, a produção dos bens simbólicos depende, também das necessidades internas do referido campo – concorrência entre os agentes que atuam no campo – e das necessidades externas, isto é, das necessidades dos leigos, dos cidadãos comuns que não atuam diretamente na produção de bens simbólicos.

O campo político – considerado por Bourdieu como lugar por excelência das lutas simbólicas – é o lugar onde se produzem os discursos políticos – ou seja, as ideologias políticas, os projetos políticos, problemas, comentários, conceitos, acontecimentos, siglas, etc. – a serem colocados em oferta no mercado de bens simbólicos para o consumo dos leigos. No interior do campo político, os agentes sociais específicos – os partidos políticos, as facções partidárias e os militantes – se encontram envolvidos em lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo “poder de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima dos princípios de divisão do mundo social e, por esse meio, de fazer e desfazer os grupos” (Bourdieu, 1989, p.

113). Esses agentes, em outras palavras, se encontram envolvidos em lutas “pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 174). É nesse campo político que os produtores de bens políticos – na concorrência pelo poder simbólico tendo em vista a conquista do poder político – visam conquistar o maior número possível de adeptos, pois, quanto maior for o número de adeptos, maior será o poder simbólico do partido, facção ou militante, e maior será a probabilidade de conquista do poder político. A adesão, ou seja, o consumo desses bens políticos por parte dos leigos, não ocorre de maneira caótica e tampouco é rigidamente estruturado. O consumo de bens políticos por parte dos cidadãos, no entendimento de Bourdieu, recebe a mediação do *habitus*.

Bourdieu elaborou o conceito de *habitus* justamente para ressaltar as reservas que ele possui em relação ao conceito de *consciência de classe* tão defendido por certas correntes do marxismo. Enquanto a noção de consciência de classe pressuporia um conjunto de idéias e representações derivado das experiências dos indivíduos no processo da produção econômica, com a noção de *habitus* Bourdieu procurou incorporar a este conjunto de idéias e representações, elementos que derivam de suas experiências em outros espaços da vida social, isto é, em suas trajetórias profissionais, políticas, educacionais, religiosas, familiares, etc. Com essas preocupações, Bourdieu define o *habitus* como um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1983a, p. 60-61). Quer dizer, o *habitus* – enquanto conjunto de idéias e representações estruturadas – consiste em “esquemas de percepções, apreciações e ações” incorporados pelo indivíduo em suas diversas trajetórias sociais – trajetória familiar, trajetória política, trajetória educacional, trajetória religiosa, trajetória profissional, etc. – portanto, uma estrutura de pensamento estruturada por essas trajetórias sociais. O *habitus* é também uma estrutura estruturante, pois, como maneira de pensar, sentir e agir, ele constitui as predisposições do indivíduo para a orientação de sua conduta em um determinado sentido. O sentido da ação do indivíduo depende não só do *habitus* que ele incorpora em suas trajetórias sociais, mas também das estratégias de ação que adota em conformidade com as posições que ocupa na estrutura de um determinado campo do espaço social.

Com base nesse quadro teórico elaborado por Bourdieu, torna-se possível repensar como ocorrem os processos eleitorais e, particularmente, como se define o comportamento dos leitores. O processo eleitoral – um dos fenômenos típicos do campo político – pode ser considerado como um fenômeno de mercado, isto é, como um momento onde os próprios agentes do campo político – militantes (candidatos), bem como os partidos e as facções partidárias – se colocam para a apreciação dos eleitores com o intuito de serem por eles escolhidos como seus representantes nos processos de tomadas de decisões políticas. Na verdade, o que os eleitores têm diante de si para apreciar e escolher como seus representantes políticos, não são apenas homens, facções partidárias ou partidos políticos, mas homens, facções ou partidos que expressam uma determinada visão de mundo, uma determinada ideologia, uma determinada competência política e administrativa,

um determinado grau de honestidade, etc. São homens, facções ou partidos – ou, até mesmo, coligações partidárias que congregam agentes políticos das mais diversas qualidades – que possuem distintas experiências na vida pública e que utilizam os mais variados artifícios para angariar o voto do eleitor.

Bourdieu sugeriria que há um consumo, ou melhor, uma adesão dos eleitores aos “bens” políticos – candidatos, facções partidárias ou partidos políticos, com todas suas qualificações ou desqualificações, capacidades ou incapacidades – oferecidos nas campanhas eleitorais, na medida em que há um encontro entre a “história reificada” nos candidatos, facções ou partidos e a “história incorporada” pelos eleitores em suas diversas trajetórias sociais. Quer dizer, os eleitores valorizariam ou não os processos eleitorais; participariam ou não das eleições; escolheriam ou não seus representantes, conforme o *habitus*, ou seja, conforme os esquemas de percepção e de apreciação que incorporam em suas diversas experiências de vidas e conforme as estratégias a serem adotadas em um contexto pontual.

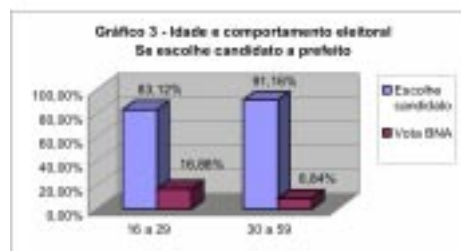
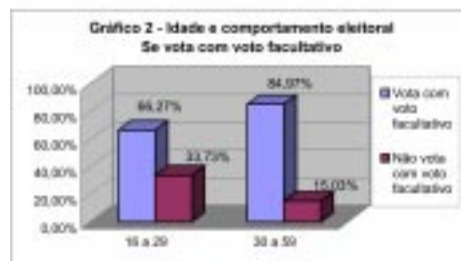
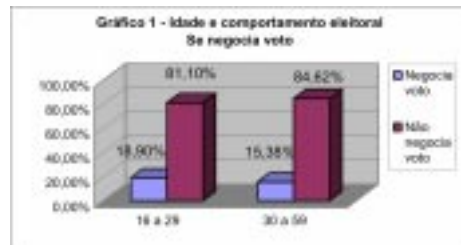
3. METODOLOGIA

Em virtude do curto espaço disponível para a elaboração deste artigo, não se teve a pretensão de aplicar a teoria de Pierre Bourdieu em um amplo estudo sobre o processo eleitoral de 2004 no município de Cascavel-PR. Ao invés disso, com o intuito de demonstrar que há relações entre as trajetórias sociais dos eleitores e o comportamento eleitoral, o estudo procurou mostrar apenas as relações mais evidentes que se estabeleceram entre certos condicionamentos sociais ou trajetórias sociais – idade, desemprego, etnia e participação em movimentos sociais – e certos aspectos do comportamento eleitoral referentes à valorização dos pleitos eleitorais e à predisposição para uma participação efetiva no processo eleitoral. Quanto a esses aspectos subjetivos do comportamento eleitoral, teve-se o propósito de averiguar qual era a disposição do eleitor para a “negociação de seu voto” (trocar o voto por um emprego, um cargo público ou qualquer bem material, em dinheiro ou em espécie, em troca de seu voto); para participar do processo eleitoral se o voto não fosse obrigatório e para votar em branco ou nulo ou se abster da participação da escolha de seu representante (BNA).

As informações sobre as atitudes dos eleitores cascavelenses; sobre os critérios que utilizam na escolha de seus representantes e sobre suas trajetórias sociais, foram obtidas por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa. Na coleta das informações, objetivas e subjetivas, foi entrevistado um total de 444 eleitores de um total de aproximadamente 170 000 eleitores existentes na cidade. A coleta de dados ocorreu nas últimas semanas que antecederam as eleições e os entrevistados foram selecionados por meio de sorteio de ruas e residências nas diversas regiões do município.

4. CONDICIONANTES SOCIAIS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

As informações obtidas entre o eleitorado cascavelense demonstram que o fator idade teve uma influência significativa nos três aspectos do comportamento eleitoral que constituíram objeto da presente investigação: disposição do eleitor para a negociação de seu voto; disposição para participar dos processos eleitorais mesmo sendo o voto facultativo e disposição para votar BNA (votar em branco ou nulo ou abstenção) na escolha do prefeito da cidade. Como se pode observar nos gráficos 1, 2 e 3, enquanto os eleitores mais jovens constituem 18,90% dos eleitores que se encontravam predispostos a negociar o voto em troca de benefícios pessoais, entre os mais velhos esse índice não passou de 15,38%; enquanto entre os mais jovens o índice de predisposição para não votar se o voto fosse facultativo foi de 33,73%, entre os mais velhos o índice foi de apenas 15,03%. E, enquanto entre os mais jovens o índice de predisposição para se abster da participação nas eleições ou para votar em branco ou nulo o índice alcança um total de 16,88%, entre os mais velhos esse índice cai para apenas 8,84%.

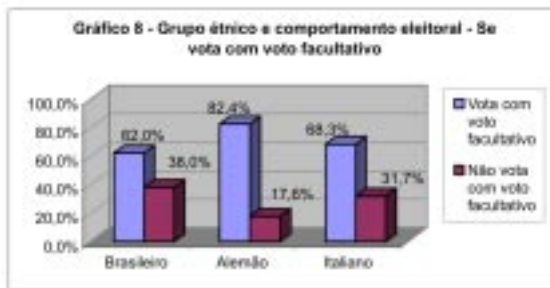
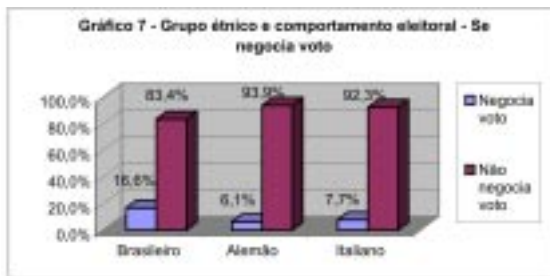


A relação entre o nível de emprego ou desemprego com o comportamento eleitoral também pode ser constatada nas informações obtidas junto ao eleitorado do município de Cascavel-PR. Nota-se, nos gráficos 4, 5 e 6, que enquanto apenas 16,2% dos que se encontravam empregados possuíam predisposição para negociar o voto, entre os desempregados este índice se eleva para 24,6%; que enquanto entre os empregados apenas 32% estariam predispostos a participar das eleições mesmo sendo o voto facultativo, entre os desempregados esses índice se eleva para 41,8%, e que enquanto entre os empregados 11,4% estariam propensos a se abster da votação ou a votar em branco ou nulo, entre os desempregados o índice se eleva para 16,2%.



A etnia dos eleitores – relativa homogeneidade cultural entre indivíduos de origem comum – também se apresentou como outro condicionante do comportamento eleitoral. Conforme os gráficos 7, 8 e 9, pode-se observar que enquanto entre os brasileiros 16,65% possuíam predisposição para a negociação do voto, entre os alemães e os italianos o índice cai para apenas 6,1% e 7,7%,

respectivamente; que enquanto entre os brasileiros um total de 38% não estaria propenso a votar se o voto fosse facultativo, entre os alemães e os italianos esse índice cai para 17,6% e 31,7%, respectivamente, e que enquanto 13,2% dos brasileiros estariam dispostos a abster-se do processo eleitoral ou a votar em branco ou nulo, entre os alemães esse índice cai para apenas 3% e, entre os italianos, para 12,5%.



Por fim, é possível observar – nos dados coletados entre os eleitores cascavelenses – que a participação em movimentos sociais também exerce suas influências no comportamento eleitoral. Os gráficos (10, 11 e 12 demonstram que enquanto 15,4% dos eleitores que não participam de movimentos sociais estariam dispostos a negociar o voto, apenas 6,7% dos eleitores que participam

dos movimentos sociais se dispõem a negociar o direito de escolher seus representantes; que enquanto entre os que participam dos movimentos sociais, 80% não votariam se o voto fosse facultativo, entre os que participam, esse índice cai para 65,9% e, que enquanto entre os eleitores que participam de movimentos sociais apenas 6,7% se absteriam de participar do processo eleitoral ou votariam em branco ou nulo, entre os eleitores que não participam o índice se eleva para 11,8%.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que ora termina foi motivado por uma indagação teórica suscitada por pesquisas anteriormente realizadas pelos autores. Analisando as relações entre capital social – confiança nas

instituições e predisposição para participação e cooperação na vida comunitária – e o comportamento dos eleitores nas eleições de 2004, no município de Cascavel-PR. O estudo anterior pôde constatar que, de fato, era entre os eleitores que possuíam maiores níveis de capital social que possuíam maiores índices de valorização dos processos eleitorais e de predisposição para uma efetiva participação na escolha de seus candidatos. Entretanto, as informações obtidas não permitiam explicar os diferentes níveis de capital social existentes entre os eleitores. A constatação de que os eleitores que possuem mais confiança nas instituições políticas, por exemplo, são os que mais valorizam o voto e os que mais se encontram predispostos a participar do processo eleitoral com responsabilidades, nada explica sobre o processo de formação dessa confiança.

Dáí, a proposta de analisar, aqui, as eventuais relações existentes entre certas variáveis sociais e o comportamento eleitoral. No decorrer das análises, como se pôde observar manifestou-se evidências de que a idade dos eleitores; a situação de desempregados e ou de desempregados em que se encontram; o grupo étnico a que pertencem; bem como o nível de participação nos movimentos sociais, por exemplo, exercem fortes influências no comportamento eleitoral, particularmente, no que se refere à valorização do processo eleitoral e às predisposições para uma participação efetiva nas eleições.

Com base nas diferentes formas de condicionamentos sociais, ou seja, nas diferentes trajetórias sociais ou situações dos eleitores seria possível compreender as diferentes atitudes dos eleitores no processo eleitoral. São as experiências dos indivíduos em suas específicas trajetórias sociais os fatores responsáveis pela formação de sua predisposição para a valorização das instituições políticas e para a participação efetiva no processo eleitoral. Se, por exemplo, são os desempregados que estão mais propensos a negociar o voto; a não votar se o voto fosse facultativo ou a abster-se de participar do processo eleitoral ou a votar em branco ou nulo, é porque sua experiência de vida imediata o leva a desacreditar na política, ou seja, a não considerar o processo eleitoral como um mecanismo capaz de favorecer à realização de suas aspirações e necessidades imediatas, portanto, a não participar efetivamente do processo eleitoral.

Uma certa trajetória social, ao que parece, não necessariamente determina o comportamento eleitoral. A tendência para a ocorrência da abstenção eleitoral ou do voto em branco ou nulo, por exemplo, depende não só da situação de desempregado do eleitor, mas também da confluência de predisposições geradas em outras trajetórias sociais, por exemplo, profissão, religião, idade, sexo, filiação partidária, etc. Além disso, a decisão de participar ou não do processo eleitoral não depende exclusivamente das experiências dos eleitores em suas respectivas trajetórias sociais. Essas experiências têm o potencial de gerar tão somente as predisposições para a orientação do comportamento eleitoral em um determinado sentido – por exemplo, negociar o voto. Uma efetiva negociação do voto, até mesmo no caso dos eleitores que se encontram predispostos a agir dessa forma, vai depender de fatores circunstanciais que podem se manifestar abruptamente em um determinado momento pontual – como, por exemplo, um escândalo política em véspera de eleições – e das estratégias do eleitor em participar ou não do processo eleitoral. Numa pesquisa

de maior abrangência – em termos de propósitos e de amostras do eleitorado – possivelmente poder-se-ia averiguar, com mais precisão, essa eventual relação existente entre a confluência de variáveis e o comportamento eleitoral.

6. NOTAS

* Professor de Sociologia e de Ciência Política no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus de Cascavel, Unioeste, e membro do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político – GPCP.

** Professora de Ciência Política no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus de Cascavel-PR, Unioeste e Líder do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento político – GPCP.

7. REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello (org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre / Canoas, Editora UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

CASTRO, Henrique C. O. *et. all*. Voto obrigatório e exclusão social: uma análise heterodoxa. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

FARIA, Vilmar E. As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variáveis inter-regionais. In: LAMOUNIER, Bolívar, *et. all*. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, Bolívar, *et. All*. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BOITO JUNIOR, Armando, *et all*. 1974: enxada e voto. In: LAMOUNIER, Bolívar, *et. all*. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Do contrato social*. São Paulo, Hemus, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social / Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SILVA, J. Otacílio e NAZZARI, R. Kátia. Comportamento eleitoral nas eleições municipais de Cascavel-PR em 2004. In: *REVISTA Ciências Sociais em Perspectiva*. Vol. 5, Nº 9, 2006.

SILVA, J. Otacílio, NAZZARI, R, Kátia e PONTES FILHO, Antônio P. Contribuições de Pierre Bourdieu para estudos do comportamento eleitoral. In: *REVISTA Ciências Sociais em Perspectiva*. Vol. 4, Nº 7, 2005.